

Administração da educação no Brasil: um diálogo comparativo com as tendências temáticas da Revista Ibero-Americana de Educação

*Educational administration in Brazil:
a comparative dialogue with the thematic tendencies
of the Ibero-American Education Journal*

*Administración de la Educación en Brasil:
un diálogo comparativo con las tendencias temáticas
de la Revista Iberoamericana de Educación*

ADOLFO IGNACIO CALDERÓN
ANTÔNIO GOMES FERREIRA

Resumo: Neste artigo realiza-se um diálogo comparativo entre as tendências temáticas da produção científica brasileira sobre administração da educação e as tendências temáticas delineadas na RIE – Revista Ibero-Americana de Educação (1993-2008), objetivando identificar diferenças e semelhanças, distanciamentos e aproximações, entre a produção nacional e internacional. Tomando como referência metodológica estudos sobre o estado da arte e a educação comparada, os autores revelam tendências hegemônicas e eixos temáticos não abordados pela comunidade científica brasileira.

Palavras-chave: administração da educação; estado da arte; ANPAE; RIE; educação comparada.

Abstract: This article undertakes a comparative dialogue between the thematic tendencies in the Brazilian scientific production on education administration and the thematic tendencies outlined in the Ibero-American Education Journal – RIE (1993-2008), with the aim of identifying similarities and differences, as well as convergences and divergences, between national and international scientific production. Using studies on the state of the art and comparative education as methodological references, the authors reveal hegemonic tendencies and present thematic pillars that are not approached by the Brazilian scientific community.

Keywords: educational administration; state of the art; ANPAE; RIE; comparative education.

Resumen: En este artículo se realiza un diálogo comparativo entre las tendencias temáticas de la producción científica brasileña sobre la administración de la educación y las tendencias temáticas delineadas en la RIE – Revista Iberoamericana de Educación

(1993-2008), objetivando identificar diferencias y semejanzas, distanciamientos y aproximaciones, entre la producción nacional e internacional. Tomando como referencia metodológica los estudios sobre el estado del arte y la educación comparada, los autores revelan tendencias hegemónicas y ejes temáticos no abordados por la comunidad científica brasileña.

Palabras clave: administración de la educación; estado del arte; ANPAE; RIE; educación comparada.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho¹ soma-se aos estudos que vêm sendo realizados no âmbito acadêmico, principalmente brasileiro, na tentativa de compreender os eixos temáticos e os percursos teóricos e metodológicos da produção científica das últimas décadas na área da Administração da Educação.

No Brasil esses estudos alçaram voo no final da década de 1990, com as pesquisas promovidas pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que visavam mapear, analisar e compreender a produção científica sobre Administração da Educação nos períodos de 1991 a 1995 (ALGARTE e GRACINDO, 1998) e de 1991 a 1997 (WITTMANN e GRACINDO, 2001).

Este artigo objetiva apresentar dados e apontar pistas teóricas que ampliem as leituras possíveis dos estudos existentes sobre o estado do conhecimento da Administração da Educação, a partir da identificação das tendências temáticas que vêm sendo delineadas em publicações internacionais focadas principalmente na realidade ibero-americana.

Pretende-se estabelecer um diálogo comparativo entre as tendências identificadas na Revista Ibero-americana de Educação (RIE) e as existentes na produção científica brasileira, revelando, mais do que tendências hegemônicas, eixos temáticos que não têm chamado a atenção da comunidade científica brasileira.

Neste diálogo comparativo identificam-se diferenças e semelhanças, distanciamientos e aproximações, convergências e especificidades, na tentativa de compreender as razões que determinam os processos educacionais encontrados. Para tanto, recorreremos à Educação Comparada compreendendo-a, conforme Ferreira (2008), como componente pluridisciplinar das Ciências da Educação, que deve debruçar-se compa-

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa “Administração da Educação: tendências temáticas na Revista Ibero-americana de Educação” executada pelos autores na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Constitui-se parte integrante das atividades correspondentes ao estágio pós-doutoral, em Ciências da Educação, realizado pelo prof. dr. Adolfo Ignacio Calderón na referida universidade, sob supervisão do prof. dr. António Gomes Ferreira.

rativamente sobre dinâmicas do processo educativo considerando contextos diversos definidos em função do tempo e/ou do espaço, de modo a obter conhecimentos que não seriam possíveis alcançar a partir da análise de uma só situação (FERREIRA, 2008).

Será que as tendências temáticas dos últimos quinze anos existentes no Brasil são semelhantes às dos outros países de América Latina e do Caribe, incluindo Espanha e Portugal, enquanto componentes do espaço ibero-americano? Será que existem temáticas que são abordadas por outros pesquisadores dos países ibero-americanos e que são esquecidas ou relegadas a um segundo plano na produção científica brasileira?

São muitos os caminhos que se podem percorrer para tentar responder aos questionamentos acima colocados. Neste artigo, especificamente, optamos por identificar, a partir das estratégias metodológicas dos estudos sobre o Estado da Arte, as principais temáticas dentro da área da Administração da Educação, presentes na Revista Ibero-americana de Educação (RIE), de 1993, ano da sua criação, até 2008, ou seja, um período de 16 anos, do volume n. 1 ao n. 48.

Esse estudo sobre a RIE nos serviu como referência para estabelecer um diálogo comparativo com as tendências temáticas da produção científica brasileira em torno da Administração da Educação, a mesma que foi traçada neste estudo, a partir do cruzamento de informações localizadas nas pesquisas realizadas por Wittmann e Gracindo (2001), Castro e Werle (2004), Pereira e Andrade (2005), e Maia e Machado (2006).

Registre-se que a RIE, desde sua primeira edição, é considerada órgão de comunicação da OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, organização internacional de caráter governamental, que de acordo com os próprios dados institucionais, está voltada para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contato do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional.

Trata-se de uma revista focada diretamente na realidade educacional ibero-americana, vocacionada, desde sua primeira edição, de acordo com as palavras do então secretário geral da OEI, Torreblanca (1993), para difundir entre os responsáveis das políticas educativas e dos administradores, pesquisadores e profissionais da educação os trabalhos e estudos mais recentes num campo como a educação, tão vinculado ao desenvolvimento econômico e social dos povos de Ibero-América.

Por ser uma revista especificamente da área da Educação, direcionada principalmente aos responsáveis das políticas públicas, editada por uma organização da qual fazem parte todos os países ibero-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela) e se constituir num espaço aberto para a difusão de artigos produzidos por intelectuais e pesquisadores que atuam no meio universitário, como por exemplo, Ângela Maria Martins, Cândido Alberto Gomes, Carlos

Alberto Torres, Dagmar Zibas, Jacques Marcovitch, José Eustáquio Romão, Mariano Fernández Enguita, Miriam Abramovay e Walter Garcia, entre outros, é que acreditamos que um estudo sobre as tendências temáticas desta revista, num diálogo comparativo com a produção científica brasileira, poderá apresentar pistas para a compreensão do desenvolvimento da Administração da Educação no Brasil e Ibero-América.

PESQUISAS SOBRE O ESTADO DA ARTE

Pesquisas realizadas na presente década por autores como Pereira e Andrade (2005) – que estudaram a forma como a Administração da Educação têm sido abordada na Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE) no período de 1983 a 1996, como Castro e Werle (2004) – que mapearam e analisaram a produção a respeito da Administração da Educação publicada em periódicos brasileiros de 1982 a 2000, como Maia e Machado (2006) – que abordaram a trajetória do conhecimento em Administração produzido e divulgado pela Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), tomando como referência artigos dos Cadernos de Administração Escolar (1961-1968) e os volumes produzidos pela RBAE (1983-1996) e pela Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE) entre 1997 e 2000, enquadram-se dentro de uma tendência de produção científica chamada de estudos sobre o estado da arte.

No Brasil esses estudos iniciaram-se aproximadamente na segunda metade dos anos 1980 e, nas palavras de Ferreira (2002, p. 258)

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Especificamente no campo da educação, têm sido realizadas pesquisas, mapeamentos e balanços focando a produção científica das mais variadas temáticas, tais como Educação Infantil, Educação Superior, Educação Básica, Formação de Professores, Política e Gestão da Educação, Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Biologia, Educação Rural e Educação Ambiental, conforme pode ser observado com detalhamento na pesquisa de Alves (2006).

Embora existam pesquisas que possuem maior raio de abrangência e complexidade do que outras, seja em termos do universo pesquisado, seja em termos de periodização, ou inclusive alternativas metodológicas, todas elas possuem o mérito de apresentar dados, elementos, interpretações e análises que ajudam a compreender o todo, possibilitando diversas leituras do real, contribuindo para o debate acadêmico e o processo acumulativo do conhecimento de determinada temática, disciplina ou saber.

Na tentativa de estabelecer um diálogo com as pesquisas sobre o estado da arte ou do conhecimento em Administração da Educação produzidas no Brasil, selecionamos as quatro principais pesquisas existentes sobre a temática em foco. São estudos que contribuem para a compreensão da produção científica das décadas de 1980 e 1990, cobrindo a análise da produção existente até o ano 2000.

Das quatro pesquisas, três delas se baseiam na análise de periódicos especializados (CASTRO e WERLE, 2004; PEREIRA e ANDRADE; 2005; MAIA e MACHADO, 2006), sendo somente uma delas a que se sustenta na análise de dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas de docentes (WITTMANN e GRACINDO, 2001).

Apesar de serem somente quatro pesquisas, podemos constatar que existe uma grande diversidade em termos de abrangência e universo pesquisado. Duas delas são de grande porte (CASTRO e WERLE, 2004; WITTMANN e GRACINDO, 2001) e duas de menor porte (PEREIRA e ANDRADE; 2005; MAIA e MACHADO, 2006).

Das quatro pesquisas, três delas (MAIA e MACHADO, 2006; PEREIRA e ANDRADE; 2005; WITTMANN e GRACINDO, 2001) têm como foco de análise (e/ou vinculação com) a ANPAE, sendo esta organização, nas pesquisas analisadas, a maior referência em termos do estímulo para a produção e sistematização do conhecimento na área da Administração da Educação.

Em termos metodológicos, duas das pesquisas que analisamos primam pela utilização de estratégias metodológicas quantitativas e qualitativas, justificadas pelos seus objetivos e principalmente pelo elevado número de documentos pesquisados, 3.573 artigos (CASTRO e WERLE, 2004) e 922 pesquisas (WITTMANN e GRACINDO, 2001), sendo as outras duas essencialmente de cunho qualitativo (PEREIRA e ANDRADE; 2005; MAIA e MACHADO, 2006).

Convém ressaltar as limitações existentes em todas as pesquisas que têm como referência principal os títulos dos textos coletados, as palavras-chave, análise de resumos e/ou enquadramento de texto numa única ou mais categorias analíticas ou eixos temáticos, em detrimentos e outros.

Entre outras limitações, podemos citar: títulos que não refletem necessariamente o conteúdo do texto, o caráter extremamente abrangente e genérico da grande maioria das palavras-chave utilizadas, a subjetividade existente no enquadramento dos textos e na definição das palavras-chave, além dos problemas de forma existentes em muitos resumos.

Ora, toda alternativa metodológica no campo das ciências humanas apresenta um componente de subjetividade, embora os pesquisadores se esforcem para minimizá-lo. Isso é fato, mesmo para os pesquisadores que advoguem por uma ciência mais positivista, existindo para isto os cânones científicos que permitem a validação perante a comunidade científica das pesquisas realizadas, visando sempre à maior objetividade possível.

Como diz Garcia Garrido (1996), a objetividade absoluta não pode ser alcançada por nenhuma ciência, nem sequer pelas ciências naturais, estando as ciências sociais muito distante da desejada objetividade.

Convém ressaltar que as limitações existentes nas pesquisas chamadas de estudo do estado da arte ou do conhecimento não invalidam de maneira alguma a originalidade e importância das pesquisas que analisaremos, constituindo-se em preocupações de ordem epistemológica dos pesquisadores que desenvolvem esse tipo de pesquisa (ROMANOWSKI e ENS, 2006; FERREIRA, 2002).

Este cenário das limitações metodológicas nos permite reafirmar a importância das diversas alternativas metodológicas, que propiciam as mais variadas leituras sobre os fenômenos educacionais, possibilitando uma maior compreensão do real, a partir do diálogo e debate em torno dos resultados das pesquisas qualitativas e quantitativas, de grande e de menor porte e de nível macro e micro.

PESQUISA REALIZADA POR CASTRO E WERLE (2004)

Esta pesquisa sobre o estado do conhecimento da Administração da Educação no Brasil, realizada a partir do estudo das palavras-chave de um banco de dados composto de 3.573 artigos de 54 periódicos nacionais, abrangendo o período de 1982 a 2000, apresenta uma subdivisão nessa periodização que foca a produção de 1982 a 1994 e de 1995 a 2000.

Especificamente no período de 1995 a 2000, se comparado com o período de 1982 a 1994, Castro e Werle (2004) constatam a existência de um núcleo temático que apresenta certa estabilidade nos dois períodos, o mesmo que se mantém entre os dez temas de maior produção, quais sejam: administração do ensino superior, administração da educação e determinantes do contexto, política educacional, políticas públicas e administração educacional escolar. Diante desse núcleo duro, em termos temáticos, as autoras do estudo avaliam que a ênfase no ensino superior – primeiro colocado no período de 1982 a 1994 e segundo colocado no período de 1995 a 2000 – pode indicar uma incapacidade da academia em avançar para além de seu próprio círculo de referência e considerar válido aquilo que afeta diretamente a sua prática. Por sua vez, a predominância das temáticas políticas públicas e políticas educacionais indicariam a sobreposição da visão macro sobre as análises micro, sendo estas últimas as que possibilitariam um olhar mais detalhado, mais próximo sobre a instituição escolar.

Contudo, o período de 1995 a 2000 apresenta algumas mudanças de eixos temáticos muito interessantes. A palavra-chave “formação e desenvolvimento profissional” que estava em 10º lugar no período de 1982 a 1994, saltou para o 1º lugar no período que abrange de 1995 a 2000.

Da mesma forma a palavra-chave “gestão e cultura” saltou do 36º no período de 1982-1994 para o 5º lugar no período de 1995 a 2000. Fato semelhante aconte-

ceu com outras temáticas, “cidadania” saltou do 37º para o 7º lugar, “avaliação da educação” do 17º para o 8º, “ensino fundamental” do 32º para o 9º. Fato curioso, reflexo das mudanças no contexto histórico, pode-se observar no rebaixamento da palavra-chave “educação e democratização”, que no período de 1982 a 1994 estava no 7º lugar e caiu consideravelmente no período de 1995 a 2000, passando para o 23º lugar, período em que as democracias já tinham sido reinstauradas praticamente na totalidade dos países ibero-americanos.

A pesquisa de Castro e Werle (2004) possibilitou constatar a diversidade temática existente na Administração da Educação ao identificar 59 palavras-chave, resultantes da análise de títulos e resumos dos artigos publicados em periódicos nacionais. Para as autoras, uma possível interpretação para o elevado número de palavras-chave pode ser uma expressão da riqueza e complexidade da área, pois indica uma série de interfaces com outras áreas do conhecimento.

Também possibilitou constatar que “a Administração da Educação é uma área de conhecimento que tem uma abrangência bastante ampla na medida em que os diferentes tipos de ensino e de instituições precisam ser administrados” (Castro e Werle, 2004, p. 1059).

No que diz respeito ao processo analítico e classificatório de artigos, a pesquisa permitiu visualizar

[...] uma abrangência ampla e uma complexidade inerente à área. A Administração da Educação é ao mesmo tempo específica e geral, permite vários tipos de segmentação e em seus processos interativos se aproxima de sistemas adaptativos e complexos. A complexidade e riqueza da área da Administração da Educação se expressa no conceito sistêmico de interação e autoformatação que permite a adaptação à realidade em questão não fazendo uma predição, mas considerando os fatores de instabilidade, complexidade e intersubjetividade (CASTRO e WERLE, 2004, p. 1061).

Em suma, pode-se afirmar que as dez palavras-chave com maior frequência identificadas na pesquisa de Castro e Werle (2004), de um total de 59 palavras-chave, entre 1995-2000, período próximo ao estudado na RIE (1993-2008), foram as seguintes, do primeiro ao décimo colocado: formação e desenvolvimento profissional; administração do ensino superior; administração da educação e determinantes do contexto; política educacional; gestão e cultura; administração e história; cidadania; avaliação da educação; ensino fundamental; e administração educacional escolar.

PESQUISA DE PEREIRA E ANDRADE (2005)

Focada na RBAE, editada pela ANPAE, abrangendo a totalidade das edições publicadas durante a existência desse periódico, de 1983 a 1996, esta pesquisa apresenta alguns dados muito interessantes, que passamos a desenvolver.

Convém mencionar que a RBAE mudou de nome em 1997, passando-se a chamar RBPAAE e que a maioria dos estudos sobre o estado da arte da Administração da Educação tem como referência os estudos e as publicações da ANPAE e as revistas RBAE e RBPAAE, devido à importância dessa organização no campo educacional ao congregar administradores, professores e especialistas e instituições dedicadas ao desenvolvimento da administração da educação (PEREIRA e ANDRADE, 2005).

Na análise da produção científica, no período de 1983 a 1996, os autores em questão contextualizam a produção analisada num cenário que, ao longo da década de 1980, se caracteriza pela intensa politização do campo educacional brasileiro, processo que se extingue na segunda metade da década de 1990. Ressaltam dois momentos históricos: a década de 1980, marcada pela transição democrática nos anos 1980, a alta inflacionária, os movimentos sindicais e a irrupção de novos agentes coletivos na cena política e, a primeira metade da década de 1990, marcada principalmente pelo início das reformas do Estado e os influxos da mundialização da economia (PEREIRA e ANDRADE, 2005).

De acordo com a pesquisa em foco, os debates teóricos na primeira década dos anos 1990 são marcados pelo revigoramento da inserção das teorias da administração de empresas na educação, em decorrência, conforme os autores, da entrada triunfante, embora não sem oposições, do neoliberalismo na educação e na produção simbólica brasileira. Os debates giram em torno da qualidade total, gestão e qualidade, a municipalização enquanto estratégia neoliberal para implantação do estado mínimo, entre outros.

Um dado muito importante desta pesquisa, que coincide com a pesquisa de Castro e Werle (2004), é a elevada produção científica sobre administração universitária.

[...] um dos móveis de luta mais disputados no período e, certamente, um dos mais consagrados é a administração da universidade ou administração universitária [...] a administração do ensino superior é posta na RBAE como questão política historicamente determinada, por meio da análise das relações entre política e universidade (PEREIRA e ANDRADE, 2005, p. 1405).

De 1985 a 1990, os artigos enfatizam a problemática da democratização da gestão do ensino superior. De 1990 em diante, as atenções voltam-se para o papel a ser desempenhado pela universidade em razão da reforma do Estado então em curso, denunciada como de feição neoliberal.

PESQUISA DE MAIA E MACHADO (2006)

Deste estudo nos interessa resgatar os resultados da análise feita de 45 artigos em torno das temáticas Administração e Gestão, coletadas na RBAE (1983-1996) e na RBPAAE (1997-2000), os quais apresentam semelhanças se comparados com os resultados da pesquisa de Pereira e Andrade (2005).

As autoras identificaram três momentos na evolução dessas temáticas ao longo da década de 1980 e 1990.

O primeiro, no início dos anos 1980, no qual se tenta resgatar o pensamento em administração da educação, ressaltando seu papel político e as consequências de suas práticas para as classes menos favorecidas. O segundo momento, ao longo dos anos 1980, caracterizado pela introdução do termo gestão vinculado à ideia da gestão democrática. O terceiro momento, na segunda metade da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, caracterizado pela utilização paralela dos termos Administração e Gestão, passando o primeiro a ser associado a formas autoritárias de trabalho, ao individualismo, à hierarquia e centralização de decisões e, o segundo, a relações horizontais, coletividade, descentralização, participação e convivência democrática.

Neste terceiro momento, da mesma forma que Pereira e Andrade (2005), principalmente nos anos 1990, as autoras ressaltam o surgimento de estudos sobre a relação educação-administração-qualidade, tendo como um de seus eixos a crítica ao conceito de qualidade estabelecido pelo modelo neoliberal.

Nesse último período, os textos desenvolveram uma postura bastante questionadora em relação ao sistema educacional, à importação dos elementos da administração empresarial e enfatizam o ato político da atividade administrativa comprometido com a sociedade e com sua transformação.

PESQUISA COORDENADA POR WITTMANN E GRACINDO (2001)

Abrange o mapeamento e análise das pesquisas realizadas no Brasil sobre Administração da Educação no período de 1991 a 1997. Não utilizamos a pesquisa de Algarte e Gracindo (1998), devido ao fato de que aborda somente o período de 1991 a 1995, o mesmo que já é contemplado na pesquisa que ora passamos a expor.

Esta pesquisa fez parte de um grande estudo sobre o estado do conhecimento promovido pela ANPAE e realizada pela sua rede de pesquisadores espalhada em nível nacional. Na sua realização somente foram coletadas pesquisas, privilegiando dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas docentes, totalizando um total de 922 documentos para análise. Ou seja, o material de análise é completamente diferente das pesquisas anteriormente citadas, que trabalharam basicamente com artigos em periódicos.

Não optaram por trabalhar com palavras-chave. Foram criadas 11 categorias analíticas ou áreas temáticas e cada um dos trabalhos coletados foi enquadrado em somente uma delas, a partir do conteúdo predominante. Convém mencionar que, com esta opção metodológica, corre-se o risco de restringir a riqueza temática de uma pesquisa, além de que em muitas situações pode ocorrer um enquadramento arbitrário nos casos em que existam dificuldades de enquadrar numa única categoria; mas, por outro lado, evita-se a dispersão e se ganha maior concretude para trabalhar os dados de forma quantitativa.

Os resultados deste estudo apontam para concentração de aproximadamente 70% das pesquisas analisadas nas cinco primeiras categorias, conforme o Quadro I.

QUADRO I
Categorias ou temáticas identificadas no estudo de Wittmann e Gracindo (2001)

Categoria	N° de Pesquisas	%
Profissionais da Educação: Formação e Prática	143	15,5
Políticas de Educação: Concepções e Programas	139	15,0
Gestão da Escola	134	14,5
Escola/Instituições Educativas e Sociedade	114	12,3
Gestão da Universidade	98	10,6
Direito à educação e legislação do ensino	74	8,0
Gestão dos sistemas educativos	62	6,7
Municipalização e gestão municipal da educação	60	6,5
Planejamento e avaliação educacionais	40	4,6
O público e o privado na educação	33	3,5
Total	922	100,0%

Fonte: Wittmann e Gracindo (2001).

Os resultados desta pesquisa coincidem, em certa forma, com a pesquisa de Castro e Werle (2004), na medida em que sinaliza que, no período de 1991 a 1997, houve uma produção maior na categoria Profissionais da Educação: Formação e Prática. Registre-se que na pesquisa de Castro e Werle (2004), a palavra-chave foi “formação e desenvolvimento profissional”. Outro dado importante é que, se por um lado, nos artigos publicados em periódicos nacionais há uma forte predominância, ou hipervalorização, da temática Gestão Universitária (PEREIRA e ANDRADE, 2005; CASTRO e WERLE, 2004), por outro lado, essa tendência não se confirma no âmbito das dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas na área da Administração da Educação (WITTMANN e GRACINDO, 2001).

A pesquisa de Wittmann e Gracindo (2001) demonstra uma produção científica mais focada na realidade escolar e na formação de professores, aparecendo a categoria Gestão da Universidade somente em quinto lugar, com 10% do total das pesquisas localizadas. Este fato sinaliza que a realidade escolar gera maior preocupação, em termos de pesquisa, no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Da mesma forma, podemos afirmar que a pesquisa em questão não sinaliza necessariamente uma predominância do macro sobre o micro, ou seja, não sinaliza a

predominância de políticas educacionais em nível macro sobre questões específicas da educação básica, como consta na análise de Castro e Werle (2004).

No Quadro I pode-se verificar que é mínima a diferença na quantidade de pesquisas realizadas sobre Políticas de Educação e Gestão da Escola e tanto a categoria colocada no primeiro quanto a colocada no quarto lugar abordam questões próprias da dinâmica escolar.

Essas variações e diferenças de leituras existentes nas duas pesquisas citadas podem ser explicadas a partir da especificidade do material coletado que serviu de base de análise.

Podemos levantar a hipótese de que na definição da temática das pesquisas de mestrado e de doutorado, com interface em administração da educação, acabam predominando áreas de interesse e especialização a partir das inquietações intelectuais vivenciadas pelos estudantes nas suas áreas de atuação profissional ou num momento anterior durante as pesquisas de iniciação científica. Acreditamos que nessa fase de estudo, estudantes dificilmente visualizam a definição das temáticas a partir de áreas que possui maior prestígio no âmbito intelectual.

Já as revistas ou os periódicos especializados acabam se pautando pelos artigos encaminhados pelos pesquisadores dentro de determinadas grandes áreas temáticas, cujos autores que atuam diretamente no âmbito da produção científica acabam se movendo por outros interesses diferentes dos estudantes, como por exemplo: produtividade, temáticas ascendentes, financiamento, áreas de maior prestígio, entre outros.

TENDÊNCIAS TEMÁTICAS DA REVISTA IBERO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO

Ao analisar a produção científica divulgada pela RIE, de 1993 a 2008, do volume n. 1 ao n. 48, selecionando os artigos que se enquadrassem na área da Administração da Educação, constata-se que se trata de uma revista que tem privilegiado artigos sobre a educação básica, dando uma menor cobertura em termos globais à temática educação superior.

QUADRO II
Perfil temático da RIE (1993-2008)

Área Temática	Quantidade de Volumes
Educação Superior	3
Educação Básica	20
Educação – Temas abrangentes	25
Total	48

Fonte: Os autores.

No Quadro II pode-se verificar que dos 48 volumes publicados, três foram dedicados ao ensino superior, 20 volumes a temas específicos da educação básica e 25 a temas abrangentes da educação.

No que diz respeito à educação superior os assuntos abordados foram os seguintes: qualidade, acreditação, ética, formação universitária, desafios do século XX.

Na área da educação básica encontramos volumes que abordam os seguintes assuntos: ensino de matemática, infância, violência na escola, educação do corpo, formação docente, educação ambiental, educação inicial, micro política da escola, educação bilíngue, educação secundária, educação de jovens e adultos, sociedade educadora, profissão docente, leitura, escola e meios de comunicação, educação básica.

Já em termos de temas abrangentes da educação foram abordados os seguintes assuntos: democracia, gênero, qualidade, descentralização, trabalho e emprego, avaliação, qualidade, financiamento, ciência e tecnologia, equidade, novas tecnologias, cooperação internacional, políticas educacionais, globalização, pactos educativos e desenvolvimento sustentável.

Dedicados a diversos aspectos da Administração da Educação, foram localizados ao todo 238 artigos de um total de 372 artigos publicados num período de 16 anos. Isso significa que se trata de uma revista que acolhe e divulga um significativo percentual de artigos sobre a temática administração da educação, com 63,97%.

Os artigos selecionados e identificados dentro da temática Administração da Educação foram classificados e distribuídos num total de 20 categorias. Para selecionar os artigos optou-se pela leitura dos resumos dos trabalhos, e diante de dúvidas, pela revisão do texto completo.

Para a classificação dentro das 20 categorias optamos por seguir pelo mesmo caminho adotado por Wittmann e Gracindo (2001): cada artigo foi alocado a partir do tema predominante numa única categoria. Como foi salientado, esta opção metodológica apresenta uma série de riscos, entre eles a não visualização de amplitude temática e a alocação às vezes arbitrária daqueles artigos que apresentam fortes componentes que poderiam se enquadrar em mais de duas categorias. Porém, possui uma série de aspectos positivos, na medida em que evita a dispersão em quantidades gigantescas de categorias de difícil e muitas vezes questionável sistematização e leitura, possibilitando uma maior concentração e visualização de eixos temáticos.

Desta forma, elaborou-se o Quadro III, no qual se constata a predominância de artigos focados em análises de sistemas educativos de diversos países ou blocos regionais, fato que está de acordo com a missão da própria revista. Nesse eixo temático englobam-se temas como descentralização da gestão, políticas nacionais ou de blocos regionais, reformas e pactos educativos.

A pesquisa revela também a predominância de eixos temáticos produzidos em determinados contextos históricos, abordados somente num determinado momento e esquecidos posteriormente, como também foi salientado na pesquisa de Castro e Werle (2004). Isso aconteceu com o eixo “Governabilidade democrática e sistemas

educativos”, no qual foram produzidos dois artigos no calor das discussões sobre a democracia na América Latina e nunca mais voltou a ser abordado.

O Quadro III nos apresenta vários dados importantes que permitem realizar algumas constatações interessantes, das quais duas pretendemos mencionar neste artigo, por questões de espaço e porque chamam a atenção dos analistas.

QUADRO III
Principais temáticas abordadas na RIE na área da Administração da Educação (1993-2008)

Temática	Número de artigos
Sistemas educativos de países ou blocos regionais	48
Novas tendências curriculares	32
Profissionais da educação, formação e prática	23
Multiculturalidade, educação indígena e bilinguismo	21
Gestão da escola	18
Ensino Superior	17
Avaliação da aprendizagem e desempenho	16
Qualidade e equidade	12
Cooperação internacional	9
Educação infantil	7
Financiamento da educação	6
Democracia na escola	6
Competitividade e desenvolvimento econômico	3
Ensino médio	3
Ensino não presencial	3
Escola e gênero	2
Governabilidade democrática e sistemas educativos	2
Educação profissional	2
Alfabetização	2
Outros	6
Total	238

Fonte: Os autores.

A primeira delas é o fato de que, apesar da RIE ser uma revista que privilegia a divulgação de artigos ligados principalmente a temas relacionados com a educação básica, o ensino superior constitui-se um eixo temático que também atrai a atenção dos pesquisadores da Administração da Educação em âmbito ibero-americano, constituindo-se no sexto eixo temático com maior número de artigos produzidos na RIE, de um total de 17. Este dado ratifica as tendências identificadas no Brasil pelas pesquisas de Castro e Werle (2004), Pereira e Andrade (2005) e Wittmann e Gracindo (2001).

Contudo, existe um dado que salta aos olhos do analista e que não consta como eixo temático em nenhuma das quatro pesquisas analisadas. Fazemos referência ao eixo temático “Multiculturalidade, educação indígena e bilinguismo” que se encontra entre os quatro eixos temáticos com maior número de artigos produzidos na RIE.

O eixo temático mais próximo, na produção científica brasileira, encontramos na pesquisa de Castro e Werle (2004), no trigésimo primeiro lugar – o tema Raça. Mas neste caso específico a pesquisa da RIE chama a atenção não à questão do negro e sim à gestão de políticas, projetos e programas direcionados à questão indígena.

Ora, como as pesquisas sobre o estado da arte na área da Administração da Educação no Brasil abrangem até o ano 2000, pode-se alegar que a pesquisa em torno dos artigos publicados pela RIE, ao abranger até 2008, apresenta preocupações próprias do século XXI. No entanto, deve-se destacar que os 21 artigos sobre o eixo “Multiculturalidade, educação indígena e bilinguismo” foram produzidos predominantemente na segunda metade da década de 1990, sendo que a grande maioria dos artigos se concentra de 1997 a 2000.

Diante desse achado convém questionar, por quais motivos, sendo o Brasil um país multicultural, a questão indígena não aparece como eixo temático em nenhuma das pesquisas mencionadas ao longo deste artigo?

Será que a questão indígena é uma temática irrelevante num país como o Brasil, em que, de acordo com os dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), existem em torno 225 sociedades indígenas, falantes de mais de 180 línguas identificadas, com configurações particulares de costumes, crenças e língua (BRASIL, 2010)?

Por que o estudo de políticas, programas e projetos na área da educação indígena não encontra acolhida na comunidade científica na área da Administração da Educação, apesar de se tratar de ações governamentais direcionadas a um segmento da sociedade brasileira, com a qual há uma dívida histórica, que possui mais de 700 mil pessoas autoidentificadas como indígenas, das quais 480 mil vivem em aldeias, 654 terras indígenas reconhecidas, correspondente a 12,5% do território brasileiro, abrangendo 410 municípios (BRASIL, 2010)?

OBSERVAÇÕES FINAIS

Apesar de existir importantes documentos legais como, por exemplo, as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”, de 1993, cuja

adoção, de acordo com o Plano Nacional da Educação, deve ser universalizada (BRASIL, 2001), a questão indígena não tem apresentado elementos que a tornem atrativa para os pesquisadores da Administração da Educação, apesar da sua relevância histórica.

São muitas as hipóteses que se podem elaborar para explicar por quais motivos a comunidade científica na área da Administração da Educação não tem revelado interesse pelo estudo da educação indígena, bilinguismo e multiculturalidade.

A questão em tela nos remete a retomar as teses dos pesquisadores das chamadas teorias críticas, que destacam a produção científica como um espaço de poder.

Apple (2006), em “Ideologia e Currículo”, destaca precisamente a importância do dissenso e da concorrência entre grupos de pesquisa para o desenvolvimento da ciência. A comunidade científica, embora unificada no termo comunidade, é heterogênea, composta por grupos que concorrem entre si, existindo grupos tradicionalistas e grupos “rebeldes”. E nessa competição se definem as teorias hegemônicas e as áreas com maior ou menor prestígio, sendo que as pressões competitivas “às vezes também ajudam a garantir que áreas de pesquisa menos populares não sejam negligenciadas” (APPLE, 2006, p. 134).

Nesta perspectiva crítica, as contribuições dos estudos de Bourdieu (1983, 2001 e 2002), principalmente sobre o campo educacional e as disputas dos agentes dotados de distinção e prestígio pelo poder simbólico e capitais específicos em jogo, têm contribuído para a compreensão da produção da ciência no Brasil (RICARDO FILHO, 2010; PEREIRA e ANDRADE, 2005).

Pereira e Andrade (2005), ao estudar a produção do conhecimento na área da Administração da Educação, enfatizam o campo educacional na perspectiva bourdieusiana, considerando o campo educacional como arena de lutas, de conflitos nos quais os agentes almejam impor como legítimos, os arbitrários culturais mais compatíveis com os seus capitais.

É dentro deste pragmatismo concorrencial que autores ressaltam a necessidade de pensar na relevância como componente da produção científica (SEVERINO, 2010) e especificamente na Administração da Educação, seja como atividade prática e/ou área do conhecimento (SANDER, 2007).

Para Severino (2010), não se pode perder de vista que a pesquisa básica ou aplicada deve ser relevante, daí a necessária atenção ao campo de seus objetos de estudo. Tomando como referência a universidade, como *locus* privilegiado para a produção da ciência, esse autor destaca a importância da identificação dos problemas que digam respeito à comunidade próxima da universidade, chamando a atenção para a importância da extensão universitária. Por sua vez, a relevância destacada por Sander (2007) está estreitamente relacionada com a questão da pertinência, com a ligação da administração educacional com os significados culturais e valores éticos que definem o desenvolvimento humano sustentável, a qualidade de vida humana coletiva, construída historicamente pela cidadania.

Trazer à tona o tema da relevância da pesquisa é entrar no campo ético-político da produção do conhecimento e da competição entre os grupos de cientistas. É entrar no campo do pilar da emancipação contra o pilar da regulação (SANTOS, 1995), no campo da humanização contra a desumanização como realidade histórica (FREIRE, 1987).

Dizer que no Brasil os pesquisadores não se debruçam sobre a gestão da educação indígena devido a que, diferentemente dos outros países latino-americanos, o percentual da população indígena é muito pequeno, cerca de 0,25% da população brasileira, não se sustenta se consideramos que a ciência deve possibilitar subsídios para o desenvolvimento do país como um todo e que a relevância da ciência acena para o desenvolvimento humano sustentável (SANDER, 2007).

Talvez uma das explicações possa ser encontrada na relação histórica existente entre a área da educação/pedagogia com a questão indígena, a mesma que no contexto das lutas pelos direitos das comunidades indígenas tem sido muito frágil, perdendo espaço para a antropologia e as ciências sociais.

Quando falamos em sociedade civil mobilizada pela questão das minorias, referimo-nos às inúmeras organizações não governamentais de apoio ao índio; a setores progressistas da Igreja Católica (Conselho Indigenista Missionário — CIMI, ligado diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB) e protestante (principalmente luteranos e anglicanos) dispostos a rever sua inserção na história do país como os agentes do contato com os povos indígenas [...] As universidades também se mobilizam: centros e cursos de linguística incrementam os levantamentos e estudos das línguas indígenas; antropólogos subsidiam projetos de educação escolar indígena (geralmente encaminhados por agências não governamentais); matemáticos, geógrafos e historiadores dedicam-se cada vez mais aos estudos do que se passou a designar por Etnoconhecimentos e, surpreendentemente, os pedagogos são os que demonstram uma inserção ainda tímida na área (KAHN e FRANCHETTO, 1994).

O fato da maior produção científica no Brasil estar concentrada na região sudeste do país não é justificativa para eximir os pesquisadores da área da Administração da Educação da produção de estudos focados na questão indígena, como se essas comunidades somente existissem num lugar distante, lá longe, na Amazônia. Comunidades desse tipo também existem na região sudeste, mesmo assim, a literatura acadêmica revela certa distância da elite intelectual na área da educação em relação às políticas públicas educacionais na área indígena, fato evidenciado também na inexistência de um grupo de trabalho específico na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

A existência de grupos de pesquisa e sociedades científicas específicas é resultado de competição de pesquisadores por reconhecimento intelectual e por poder simbólico. E obviamente, para existir esses grupos, é fundamental a existência de pesquisadores que lutem pelo reconhecimento científico. Tomando como certa a constatação de que no âmbito da produção científica em nível de dissertações de

mestrado e teses de doutorado, geralmente os problemas norteadores das pesquisas estão, de uma forma ou outra, vinculados com a vivência profissional dos orientandos ou das áreas de interesses dos orientadores e, se consideramos que a temática indígena não desperta a atenção dos orientadores, pode-se concluir que dificilmente serão encontrados quantidade suficiente de membros das comunidades indígenas fazendo mestrado ou doutorado para estruturar grupos de pesquisas sobre a temática em foco.

Assim, os resultados apresentados neste artigo convidam a refletir sobre a importância de políticas indutoras para a geração de conhecimento em determinadas temáticas que não ecoaram na comunidade científica. Desta forma, ganha centralidade o Estado como indutor da produção científica, do reconhecimento simbólico intelectual e científico, seja por pressões das próprias comunidades indígenas, seja por pressões internacionais. Daí justifica-se a pertinência da criação por parte da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Observatório da Educação Escolar Indígena, que em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), lançaram em agosto de 2009, edital convidando as instituições de ensino superior (IES) a apresentarem projetos de estudos e pesquisas em educação escolar indígena, visando entre outros objetivos à implantação e ao fortalecimento dos territórios etnoeducacionais por meio da promoção de redes de pesquisa no país que tenham como eixos de investigação: a formação de professores e gestores de educação; a abordagem interdisciplinar de problemas de ensino-aprendizagem implicados na interculturalidade e nos usos bilíngues/multilíngues e nos processos próprios de aprendizagem das comunidades indígenas (BRASIL, 2009).

Trata-se de uma iniciativa estatal lançada coincidentemente no período de realização da vigésima quarta edição do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e do III Congresso Interamericano de Política e Administração, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2009, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, Espírito Santo, evento no qual apresentamos os resultados da pesquisa que deu origem a este artigo.

REFERÊNCIAS

ALGARTE, R.; GRACINDO, R. V. *Pesquisas em Administração da Educação no Brasil*. Relatório final da pesquisa. Brasília: ANPAE, 1998.

ALVES, L. *A Educação Ambiental e a pós-graduação: um olhar sobre a produção discente*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ANPAE. Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação. *Histórico da Anpae*. Site da Anpae. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/anpae/instituicao/historico.html>> Acesso em: 30 dez. 2008.

- APPLE, M. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2001.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Inep, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. EDITAL n. 01/2009 CAPES/SECAD/INEP. *Observatório da Educação Escolar Indígena*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao-escolar-indigena>> Acesso em: 10 out. 2010.
- _____. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. *O índio hoje*. Site da Funai. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/agendas/povos_indigenas/index.html> Acesso em: 10 out. 2010.
- CASTRO, M; WERLE, F. Estado do conhecimento em Administração da Educação: uma análise dos artigos publicados em periódicos nacionais 1982-2000. *ENSAIO. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1045-1064, out./dez. 2004.
- FERREIRA, A. G. O sentido da Educação Comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.
- FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA GARRIDO, J. L. *Fundamentos de Educación Comparada*. Madrid: Editorial Dykinson, 1996.
- KAHN, M.; FRANCHETTO, B. Educação Indígena no Brasil: Conquistas e Desafios. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 63, p. 5-9, jul./set. 1994.
- MAIA, G.; MACHADO, L. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em Administração da Educação no Brasil. *Anais da 29ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, Caxambu, Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-1720--Int.pdf>> Acesso em: 10 out. 2010.
- PEREIRA, G.; ANDRADE, M. da C. A construção da Administração da Educação na RBAE (1983-1996). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1393-1411, set./dez. 2005.
- RICARDO FILHO, G. S. *O discurso sobre as políticas educacionais: coesões e ramificações dos especialistas em educação (1990-2007)*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ROMANOWSKI, J.; ENS, R. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANDER, B. *Administração da Educação no Brasil*. Genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

TORREBLANCA, J. Apresentação. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, n. 1, p. 2, ene./abr, 1993.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Org.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE; Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

✉ ADOLFO IGNACIO CALDERÓN é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Coimbra; docente-pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br.

✉ ANTÓNIO GOMES FERREIRA é doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra e docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Entre outras atividades, é coordenador do Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional da Universidade de Coimbra e editor da Revista Portuguesa de Pedagogia. E-mail: antonio@fpce.uc.pt.

Recebido em outubro de 2010.

Aprovado em julho de 2011.